CRISE HUMANITÁRIA E POLÍTICA NA VENEZUELA: ANÁLISE JURÍDICA E DESAFIOS INTERNACIONAIS

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Maria Eduarda Fernandes Mendes
Vamberth Soares De Sousa Lima
Karla Regina Malaquias De Souza
Administrador Kroton
Eduardo Augusto Gonçalves Dahas

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A Venezuela enfrenta uma das mais graves crises humanitárias e políticas da América Latina nas últimas décadas. O colapso econômico, a escassez de alimentos e medicamentos, a repressão política e o êxodo em massa de cidadãos configuram um cenário alarmante. Localizada ao norte da América do Sul, a Venezuela tem como vizinhos o Brasil, a Colômbia e o Caribe, sendo historicamente marcada por grandes reservas de petróleo. O conflito envolve o governo de Nicolás Maduro, a oposição interna, grupos armados e a população civil, além de atrair atenção de atores internacionais como os Estados Unidos, Rússia e organismos multilaterais. A complexidade da crise exige uma análise jurídica profunda, considerando os princípios constitucionais, os direitos humanos e o papel do Direito Internacional frente às violações sistemáticas.

Objetivo

Analisar juridicamente a crise venezuelana, identificando os fundamentos legais aplicáveis, os atores envolvidos e os desafios enfrentados pelos organismos internacionais diante das violações de direitos humanos e da instabilidade política.

Material e Métodos

Este trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental, utilizando artigos acadêmicos, dissertações jurídicas, relatórios institucionais e documentos oficiais. As fontes selecionadas priorizam análises fundamentadas em princípios jurídicos, evitando abordagens sensacionalistas. A metodologia adotada inclui a contextualização histórica e geopolítica do conflito, a identificação dos fundamentos jurídicos relevantes e a avaliação crítica das condutas dos Estados e organismos internacionais. O estudo também considera o impacto da crise sobre os direitos fundamentais da população venezuelana e os mecanismos de responsabilização jurídica disponíveis no cenário internacional.

Resultados e Discussão

A crise venezuelana gerou efeitos devastadores: milhões de pessoas foram forçadas a deixar o país, buscando refúgio em nações vizinhas como o Brasil e a Colômbia. Há registros de violações sistemáticas aos direitos humanos, como repressão a manifestações, censura à imprensa e perseguição política. A recusa do governo em aceitar ajuda humanitária internacional, sob o argumento de soberania, agrava a situação e contraria princípios do Direito Internacional Humanitário. A atuação de organismos como a ONU e o Tribunal Penal Internacional tem sido limitada, revelando desafios na efetivação da proteção internacional. A responsabilidade jurídica do Estado venezuelano e de seus dirigentes é tema de intenso debate jurídico, especialmente no campo dos direitos humanos e do direito penal internacional.

Conclusão

A análise jurídica da crise venezuelana revela a importância do Direito como instrumento de compreensão e responsabilização diante de violações graves. A atuação internacional deve ser pautada por princípios jurídicos sólidos, visando proteger populações vulneráveis e restaurar a ordem democrática, para além das narrativas políticas e midiáticas.

Referências

- ANDRADE, Polyanna Figueirêdo de. Rejeição da ajuda humanitária como violação aos direitos humanos? UFPB, 2021.
- AZEVEDO, Cleber Homem de; SIMILI, Ricardo Penido Reis. Direito Internacional Público e a crise humanitária venezuelana. JEFVJ, 2022.
- CARVALHO, Arielle. Crise humanitária na Venezuela: refúgio no Brasil e atuação do Estado brasileiro. UNIFOR, 2021.